



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

---

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)**  
**Nº 14/ 2007**

*(Revogada pela Resolução Consuni n.º 17/2013)*

Dispõe sobre as Normas para  
Redistribuição de Docentes  
Permanentes no âmbito da  
Universidade Federal do Tocantins.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 07 de dezembro de 2007, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar as Normas para Redistribuição de Docentes Permanentes no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Art.2 º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 07 de dezembro de 2007.

Prof. Alan Barbiero

Presidente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

---

*(Revogada pela Resolução Consuni n.º 17/2013)*

**NORMAS PARA REDISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES PERMANENTES NO  
ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** - As normas desta Resolução têm por objetivo regulamentar a redistribuição de docentes permanentes no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

**DA REDISTRIBUIÇÃO**

**Art. 2º** - Redistribuição é o deslocamento de servidor de provimento permanente, no exclusivo interesse da Administração, para outra Universidade Pública Federal, nos termos do art. 37 e parágrafos da Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990.

**Art. 3º** - Para postular a redistribuição, o docente da Instituição, que tenha cumprido o estágio probatório, e desde que compute cinco anos de exercício profissional na UFT, deve apresentar seu pedido ao Colegiado do curso ao qual pertence.

§ 1º. O docente afastado para qualificação ou que esteja cursando programa de qualificação interinstitucional não poderá solicitar a redistribuição durante o prazo do curso, nem pelo período do art. 13, V, da Resolução CONSEPE nº 8/2006.

§ 2º. O requerimento de redistribuição, devidamente fundamentado, com as razões que justifiquem o interesse da Administração, deverá ser instruído com a certidão de vaga e com o código de preenchimento, emitidos pela Universidade de destino.

**Art. 4º** - O Colegiado do Curso emitirá parecer sobre o caso e encaminhará o pedido ao Conselho Diretor do respectivo *Campus*, que, por sua vez, também confeccionará parecer sobre o assunto, remetendo os documentos ao CONSEPE, instância doravante designada para avaliar o interesse da Administração na redistribuição do docente.

§ 1º. Na análise do requerimento, o CONSEPE deverá necessariamente observar a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, em especial o seu art. 37 e parágrafos, bem como se atende aos interesses acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins.

§ 2º. Não serão deferidos pedidos que atendam exclusivamente às conveniências pessoais do docente, em detrimento dos interesses da Administração.

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 5º** - Os requerimentos de redistribuição que até a data de aprovação desta Resolução não estejam devidamente instruídos com a certidão de vaga e respectivo código de preenchimento, deverão obedecer às normas descritas nesta Resolução.

**Art. 6º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo CONSEPE.

**Art. 7º** - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 7 de dezembro de 2007.

Prof. Alan Barbiero  
Presidente